

## 5

### Jardim Moricaba

Conforme os Cadernos Favela-Bairro (2005), a comunidade de Jardim Moricaba compreende uma área de 105 mil metros quadrados, possuindo aproximadamente 4750 moradores. Ela está delimitada pelo Maciço da Pedra Branca, localizado no bairro de Senador Vasconcellos, zona oeste do Rio. A região, a 50 quilômetros do centro do Rio, integra a XVIII Região Administrativa (Cadernos Favela-Bairro, 2005, p. 15).

O material da Prefeitura do Rio de Janeiro nos traz ainda a origem da ocupação do espaço que surgiu com a abertura de um loteamento de mesmo nome, em 1952 pelo loteador J. Polatinik. Os anos 1960 são o marco histórico à medida que a ocupação da área ocorreu a partir da construção do Hospital Geriátrico Eduardo Rabelo do Instituto de Assistência aos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ. A situação fundiária da comunidade se estruturou em posses de áreas pertencentes ao estado, à medida que além de pertencente ao IASERJ, parte da comunidade era propriedade do INCA- instituto Nacional do Câncer.

Os Cadernos Favela-Bairro contam também a história desta comunidade, que começa de fato em 1920, quando chegaram moradores de áreas agrícolas do interior do estado. Todavia, em 1947, a ocupação se adensa devido à abertura da Estrada Moricaba, que significa “carinho” em língua indígena. Até 1971 o acesso à comunidade era feito ora por terra batida, ora em meio a plantações de goiaba, de manga e de jamelão, dentre outras frutas, sendo inexistentes as redes de esgotamento sanitário e abastecimento de água ou luz até os anos 1970 (Cadernos Favela-Bairro, 2005, p. 17).

O material disponibilizado pela Prefeitura sobre a comunidade comemora ainda a nomeação de espaços em homenagem a antigos moradores. É o caso do Caminho do Veloso, nome atribuído a família Veloso, uma das primeiras a chegar ao local e que construiu um asilo para cuidar dos idosos. Caracteriza os primeiros anos da favela como predominantemente rurais, ricos em chácaras e terrenos onde se cultivavam taioba, caruru e couve, entre outros legumes e verduras, sendo detentor de até mesmo lendas:

Entre fatos e lendas, conta-se na comunidade que a Estrada Moricaba seguiria em linha reta, atravessando uma mata fechada de propriedade de uma chamada Dona Pipi. Mas, sempre que o trator ameaçava romper a área, a proprietária deitava na frente do veículo impedindo seu trabalho. A fama de feiticeira de Dona Pipi conferiu ao lugar o estigma de mal assombrado (Cadernos Favela-bairro, 2005, p. 18).

Os anos subseqüentes às primeiras ocupações conferiram a comunidade um crescimento que acabou por deixar os moradores longe dos pequenos serviços oferecidos

e a convivência com esgoto a céu aberto fez com que ocorresse a proliferação de ratos e insetos. Sem contar os problemas de abastecimento de água já que na comunidade a única alternativa era o “bicão” da Rua Turiburi, e, nos anos 1980, o instalado na Estrada Moricaba, sendo esta usada para a ingestão enquanto a dos serviços domésticos era retirada de poços e de outras minas (Cadernos Favela-Bairro, 2005, p. 18).

A análise descritiva da Prefeitura sobre a comunidade ratifica sua intenção de ressignificação do espaço não só com a realização de obras, mas de um trabalho que relacione diretamente a implementação das obras e serviços com a identidade existente no espaço de intervenção. Resgate este feito com publicização do Caderno que traz a partir do discurso dos moradores suas crendices e memórias sobre o território.

Esta proposta reforça nosso conceito de identidade de resistência à medida que a presença da história destas áreas em um documento oficial da prefeitura dá a esta história um cariz de identidade institucional, sendo os moradores reconhecidos e legitimados dentro da cidade. Esta legitimação é racionalizada com as obras, a intervenção sócio-urbanística. Esta representa a re-significação do Jardim Moricaba dentro do processo de desenvolvimento da cidade a partir do investimento técnico científico refletido Milton Santos (2002) e Rogério Haesbaert (1995).

## 5.1

### **O Favela-bairro em Jardim Moricaba**

Para esta comunidade a Prefeitura destinou um total de R\$ 621.772.201 milhões de reais conforme sinalizado na placa de intervenção da prefeitura na entrada da comunidade. Sendo informado pelas Agentes “Patrícia” e “Cláudia” que o processo das obras foi iniciado em 1999, parando em 2000 devido à falência da empreiteira. As obras retornam novamente em 2003. Neste momento os discursos se contradizem já que as Agentes informam que as obras findam em 2005, mas ainda falta a complementação que prevê pavimentação de mais ruas, enquanto o Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007 coloca que:

A rede de saneamento básico foi concluída em toda a comunidade e contou também com a instalação de uma rede de tratamento e elevatória de esgoto, canalização do Rio Cabuçu Mirim a construção de uma caixa d’água que abastece parte da comunidade.

Becos e ruas de toda a comunidade foram asfaltados. Moradores da parte alta da comunidade melhoraram o acesso aos seus imóveis a partir da construção de rampas e escadas.

A comunidade foi beneficiada com a construção e inauguração da creche comunitária, com capacidade para 120 (cento e vinte) crianças. Ao lado da creche foi construído um espaço destinado ao POUZO e que ainda não se encontra em funcionamento.

Áreas de convívio e lazer como praças e quadras poli-esportivas foram criadas a partir do projeto de intervenção.

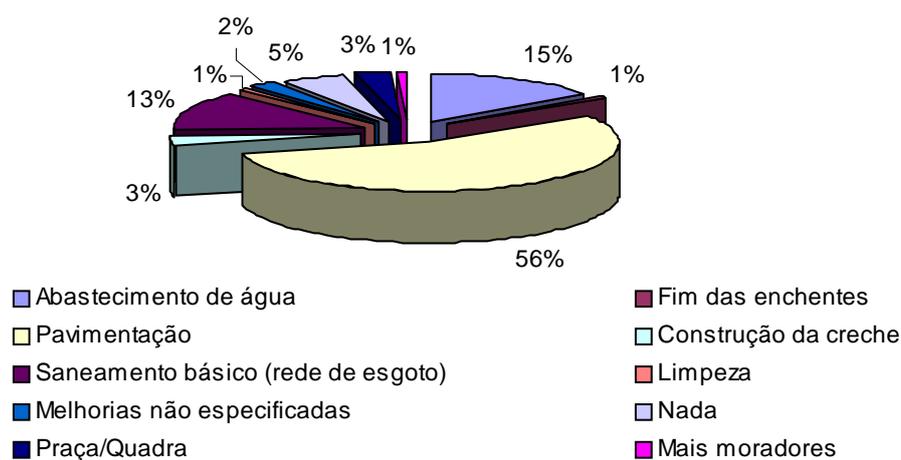
Famílias que tiveram seus imóveis desapropriados foram relocadas em oito unidades habitacionais construídas na comunidade (Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007, p. 45).

Nossa pesquisa junto à comunidade nos trouxe um misto de satisfação e insatisfação por parte dos moradores. Eles reafirmaram a idéia de que as obras não estão concluídas já que faltam becos e logradouros a serem pavimentados, todavia demonstram grande satisfação com as obras.

Quando indagados quais os pontos positivos ocasionados pelas obras, os moradores responderam o seguinte:

**Gráfico I**

**Pontos positivos da intervenção sócio urbanística**



Fonte:

COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

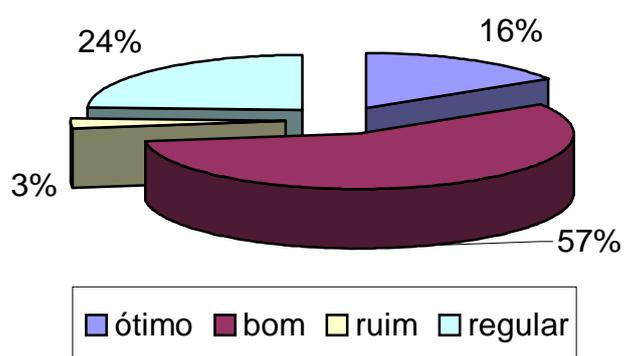
Segundo os dados da pesquisa realizada, 56% dos moradores entrevistados citaram como ponto positivo das obras a pavimentação, 15% a melhoria no sistema de abastecimento de água, 13% a implementação da rede de saneamento básico, 3% a construção da creche, 3% a construção da quadra/praca, 2% afirmaram que houve melhoras mas não soube precisar quais seriam estas, 1% sinalizou o fim de enchentes, 1% o fato das obras terem trazidos mais moradores, 1% a melhora nos níveis de limpeza e 5% afirmaram que nada melhorou com as obras.

Dados estes que comprovam nossa hipótese inicial de que o que Santos (2002) nomeia de investimento técnico científico na cidade para torná-la mais competitiva,

lógica esta a das cidades sustentáveis defendida por Compans (2001), Fonseca (2005) e Asclerad (1999) possui impactos positivos sobre a vida dos cidadãos. Argumento este reafirmado quando os moradores foram indagados se estavam satisfeitos com as intervenções do Favela-bairro. Vejamos o gráfico a baixo:

**Gráfico II**

**Avaliação do Favela-bairro pelos moradores entrevistados**



Fonte: COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

Cerca de 70% dos entrevistados afirmaram terem sido positivos os resultados das intervenções, sendo que 57% as classificaram como boas e 16% como ótimas. Enquanto 24% afirmaram que estas foram regulares e 3% como ruins, segundo a entrevista realizada em campo.

O acervo iconográfico cedido pelas Agentes Comunitárias da comunidade demonstra as diferenças de alguns dos espaços da comunidade. Fotos do antes e depois das obras são utilizadas pela equipe em trabalhos de estímulo a conservação das intervenções urbanísticas (Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007).

Seguem abaixo fotos de Jardim Moricaba antes e depois das obras:

**Foto I – Caminho do Velozo 1999**

**Foto II – Caminho do Velozo 2008**



CIEDS/AGCOM

Arqu  
ivo  
CIE  
DS/  
AG  
COM.Arqu  
ivo**Foto III - Valão principal 2004**

Arquivo CIEDS/AGCOM.

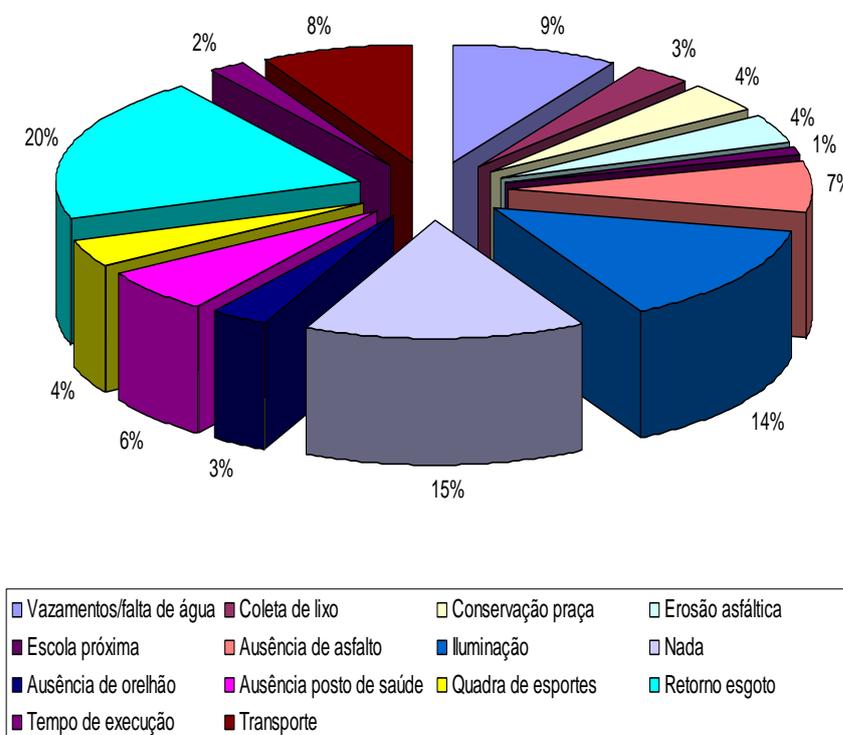
**Foto IV – Valão principal 2007**Arqu  
ivo  
CIE  
DS/  
AGC  
OM.

As fotos servem para ratificar ainda mais a apropriação dos conceitos de Santos (2002), Compans (2001), Fonseca (2005) e Asclerad (1999) que associam o investimento técnico-científico nas cidades não só ao aumento de sua competitividade, mais como forma de também, se elevar a qualidade de vida da população.

Todavia, isto não representa 100% de satisfação por parte dos moradores. A insatisfação destes se fez presente quando indagamos quais seriam os pontos negativos das intervenções. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico IV

## Pontos negativos da intervenção sócio-urbanística



Fonte: COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

Conforme observado no gráfico, 22% dos entrevistados reclamaram de questão relacionada diretamente às obras, isto é, a qualidade do trabalho da empreiteira já que esta foi a responsável pela construção da rede de saneamento básico que constantemente apresenta retorno, sendo que dos 22%, 20% reclamaram do retorno de esgoto e dois por cento da demora na conclusão das intervenções.

Quinze por cento mencionaram os periódicos vazamentos de água. A responsabilidade destes é dividida entre a empreiteira e a CEDAE que afirmou durante todo o processo de intervenções urbanísticas que não possui equipe técnica suficiente para atender as favelas urbanizadas (Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007), apesar do Relatório do IBAM (2002) relatar o seguinte:

Em sua maior parte as redes e serviços de infra-estrutura foram concebidas dentro dos parâmetros e normas técnicas adotados pelas concessionárias respectivas. Particularmente, a Companhia Estadual de Água e Esgotos – CEDAE não mostra flexibilidade para aceitar alternativas de baixo custo que facilitem a implantação e a

manutenção dos serviços de água e esgoto. Assim, a Prefeitura se encarrega de executar as obras de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela concessionária, como condição para que a concessionária venha a assumir a manutenção das redes instaladas. O Projeto prevê a captação, adução e distribuição de água potável de acordo com as necessidades de cada área. As redes de abastecimento podem ser construídas, recuperadas ou ampliadas, e está prevista a instalação de hidrômetros individuais. (Relatório do IBAM, 2002, p. 148).

Há um reforço da idéia de co-responsabilização entre a CEDAE e a SMH, que na prática se mostra capenga, porém o relatório do IBAM ainda aponta mais a seguinte como sucessos do programa:

- A inclusão espacial e social na cidade formal a qual se inicia pela inserção físico-urbanística da favela no seu entorno e seu reconhecimento pelas autoridades competentes como um bairro popular da cidade.
- Reconhecimento dos direitos dos moradores das favelas de acesso à moradia adequada, aos serviços públicos e sociais e a um ambiente de vida mais saudável, seguro e estimulante.
- A integração de todos os componentes urbanísticos, ambientais, habitacionais e sociais necessários a elevar o padrão do assentamento e as condições de vida dos moradores. (Relatório IBAM, p. 156).

Como pode ser um sucesso esta inclusão espacial e social se diferentes instituições da própria prefeitura não reconhecem o atendimento de serviços para as áreas atendidas? Os direitos a saneamento e pavimentação são atendidos pelo programa, mas não são contemplados por um padrão de qualidade que certifique o pleno exercício destes direitos.

Fato este que pode ser observado ainda pelos 14% que reclamaram da precária iluminação da comunidade, sete por cento que apontaram a ausência de asfalto em toda a favela, oito por cento que indicaram a ausência de transporte, um por cento que sinalizou a ausência de escola próxima, três por cento que reclamaram da ausência de orelhões, três por cento que reivindicaram melhoras no serviço de coleta de lixo e seis por cento que advertiram sobre a ausência de posto de saúde. Apesar do Relatório do IBAM versar sobre os serviços de iluminação, coleta de lixo e telefonia da seguinte forma:

Observe-se que a concessionária de energia elétrica – LIGHT, hoje privatizada, tem um histórico importante de adaptação às condições locais das favelas, possuindo uma divisão específica e equipe técnica treinada para projetar as redes, segundo normas especialmente desenhadas para o atendimento dos consumidores de baixa renda que vivem em áreas informais. Em consequência, observa-se que a maioria, senão todas as favelas do Rio, e não só as incluídas no Favela-Bairro, está servida de energia elétrica. A coleta de lixo fica a cargo da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, sendo usados garis comunitários como apoio aos serviços de limpeza pública.

Quanto à telefonia, embora não tenham sido fornecidos dados pela SMH sabe-se, por exemplo, que no Parque Royal foi instalada uma central telefônica com 400 ramais e que existem demandas de acesso à Internet (Relatório IBAM, 2002, p. 148).

Há, portanto determinado grau de incoerência nos dados apontados pela prefeitura do que é realizado na prática à medida que serviços apontados como contemplados não são realizados e os realizados também são alvos de reclamações já que moradores destacaram ainda a erosão asfáltica (quatro por cento) e desestrutura da quadra esportiva (quatro por cento) como problemas deixados pela empreiteira. A quadra esportiva encontra-se no seguinte estado:

### Foto V

#### Quadra-esportiva Jardim Moricaba, 2008



Arquivo CIEDS/AGCOM

O que nos remete novamente a pensarmos não só na ausência de um intercâmbio dos serviços entre as diferentes instituições da prefeitura e do estado, mas também a qualidade das ditas intervenções e construções realizadas.

Assim o processo de averiguação dos benefícios trazidos pelas obras se mostra complexo e dual a medida que existem apontamentos por parte dos moradores que indicam satisfação com a intervenção. Inclusive como pode ser observado no gráfico 15% dos entrevistados indicaram que não há nenhum ponto negativo proveniente das obras.

Os efeitos das obras sobre a identidade dos moradores foi notada de forma espontânea durante a aplicação dos questionários, isto porque, no breve instrumento era perguntado se o morador já sofreu ou não discriminação por morar em Jardim Moricaba. Espontaneamente muitos dos entrevistados expuseram a diferenciação do tratamento que receberam após a realização das obras.

Aproximadamente 19% dos entrevistados afirmaram já ter sido alvo de discriminação, contra 81% que nunca o foram. Deste universo, 32% se referiram as obras como divisor de águas<sup>1</sup>. Dados estes que nos permitem afirmar que o processo interventivo trabalha de fato a identidade dos moradores que acabam por re-significar o espaço em que vivem a partir do investimento realizado pela prefeitura.

Contudo, o programa apresenta também características que não permitem o pleno exercício dos direitos dos moradores da área atendida visto que apresenta desarticulações institucionais que não garantem a execução de todos os serviços existentes na área formal tais como iluminação, abastecimento de água, educação e saúde. Inclusive, a prefeitura também não possui meios para aferir a melhora do nível de qualidade de vida destes moradores conforme afirmado no Relatório do IBAM (2002):

A ausência de um sistema permanente de monitoramento e avaliação, que permita acompanhar a evolução dos indicadores urbanos, habitacionais, ambientais e socioeconômicos, é um fator de risco para o desenvolvimento futuro do Programa. Tal sistema, quando implantado, deve permitir a retroalimentação do processo de concepção e implementação do Favela-Bairro, seu aperfeiçoamento e eventuais correções de rumo do Programa (Relatório IBAM, 2002, p. 156).

A Prefeitura na conclusão do Relatório aponta como uma das limitações do programa a ausência destes meios de aferição. Ressalta ainda como outra limitação um importante tópico fundante desta pesquisa:

A ausência de mecanismos de gestão democrática que articulem a participação, em todas as fases do Programa, de representantes de todos os setores e segmentos do Governo e da sociedade/comunidade diretamente envolvidos ou interessados. (Relatório IBAM, 2002, p. 156).

A Prefeitura reconhece a ausência de uma participação plena das comunidades em todo o processo de elaboração e execução do processo interventivo. Esta ausência pode justificar os quatro por cento que apontaram como pontos negativos da obra a

---

<sup>1</sup> Destacamos que dos entrevistados, 10% sinalizaram que sempre moraram na comunidade. Dos 100%, 41% moram no local entre 10 e 20 anos, 29% entre 20 e 30 anos, 21% menos de 10 anos, 3% mais de 40 anos, 3% menos de um ano e 3% menos de 10 anos.

conservação da praça, sendo a conservação entendida pela prefeitura como responsabilidade dos moradores e pauta dos trabalhos sócio-educativos realizados pelo ACH junto aos moradores (Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007).

## 5.2

### **A participação em Jardim Moricaba**

As entrevistas com os moradores tentaram aferir também o papel posto ao ACH como representante elo da prefeitura junto a comunidade, assim como elencar as limitações e avanços deste trabalho à medida que entendemos que o ACH por si só pode trazer em sua figura alguma representatividade a comunidade junto ao programa.

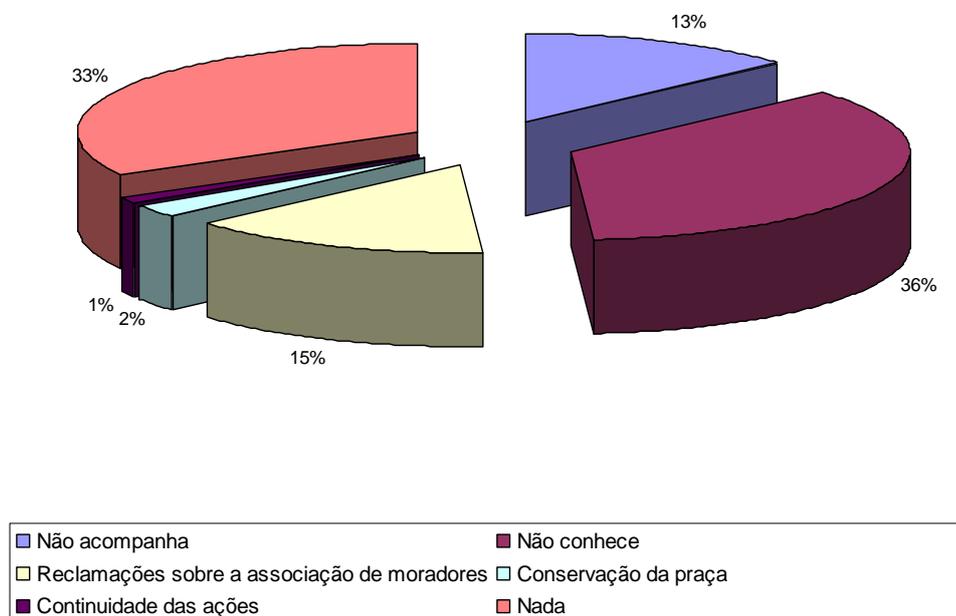
Cerca de 50% afirmaram que se sentem representados pelas ACH junto a prefeitura, enquanto 49% não se sentem representados. É, portanto alto o índice de moradores que não se sentem representados pelas ACH. Dados estes que se conformam com os apresentados pelo IBAM:

Comparativamente a outras experiências conhecidas de urbanização e regularização de áreas informais, o papel secundário atribuído à participação popular e o relativo grau de acomodação ou dependência dos moradores inclusive de suas Associações, deixa a responsabilidade pelo futuro das favelas beneficiadas pelo Favela-Bairro quase que integralmente para a Prefeitura. As possibilidades de mudanças político-administrativas ou de postura técnica ou na situação das finanças municipais se apresentam assim como fatores de risco nada desprezíveis para as comunidades afetadas (Relatório IBAM, 2002, p. 154).

A ausência de representatividade das demandas da população junto as intervenções seja por reivindicação própria ou pela figura do ACH é, portanto notória e melhor se desenhou quando percebemos a confusão entre qual o papel do ACH e o da associação de moradores, sendo este um indicador visualizado ao se perguntar quais os pontos negativos do trabalho do ACH, conforme observado no gráfico abaixo:

### **Gráfico V**

## Pontos negativos do trabalho do ACH



Fonte: COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

Aproximadamente 15% dos entrevistados apontaram questões referentes a gestão da associação de moradores quando indagados sobre os pontos negativos do trabalho do ACH. No caso de Jardim Moricaba, isto pode ocorrer pelo fato das duas ACH serem irmãs da presidente da associação.

Todavia, 36% afirmaram não ter conhecimento de pontos negativos do trabalho do ACH, um por cento reclamou a descontinuidade das ações e dois por cento reclamaram da conservação da praça. Enquanto 13% afirmaram não acompanhar os trabalhos realizados pelos ACH.

O universo que se desenha com estes apontamentos é o de desmobilização popular junto às questões e demandas referentes às obras. Universo este que também foi delineado pelo relatório do CIEDS ao verificar junto às comunidades a presença de lideranças de ruas.

... 56% das comunidades não possuem lideranças de ruas, enquanto que 42% possuem. Assim, os Agentes Comunitários têm realizado a identificação de

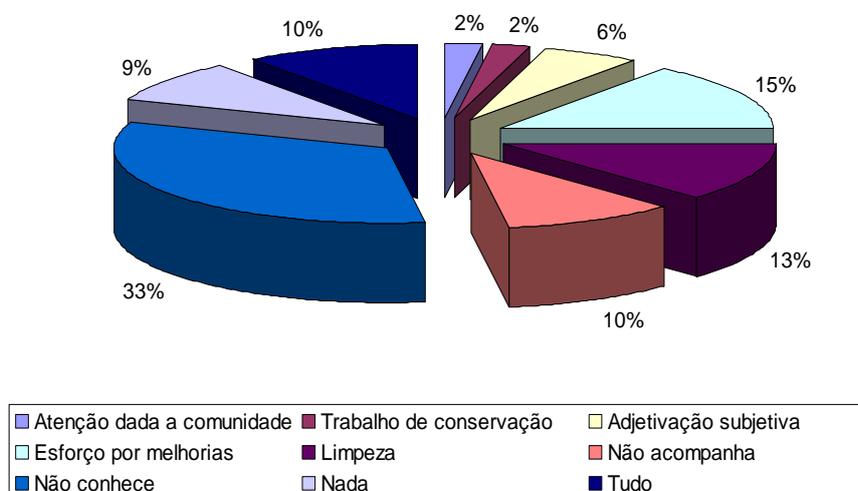
representantes/lideranças comunitárias que atuam nas áreas de intervenção e até mesmo no entorno de forma eficaz.

Esse trabalho amplamente realizado na fase de elaboração do projeto de obras, mas geralmente é retomado na etapa de pós-obras, diante da importância da articulação junto a tais lideranças no que tange às campanhas sócio-educativas e às ações de mobilização da população local. Assim, a consolidação dessas lideranças se relaciona diretamente à intensificação dos trabalhos de conscientização para com as melhorias urbanístico-sociais implantadas, de modo que a população assuma sua parcela de responsabilidade pela manutenção e uso adequado de todas as melhorias previstas (Relatório Final do 3º ano do convênio Urbanização Integrada: Ações de Desenvolvimento Comunitário, CIEDS, 2007, p. 36).

Assim, o ACH apesar das grandes limitações para seu trabalho apontadas nos capítulos anteriores, ainda encontra um universo de desmobilização que dificulta ainda mais suas ações, porém suas atividades sócio-educativas são impactantes a medida que muitos indicaram esta ação como um ponto positivo do trabalho do ACH, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

#### Gráfico VI

Pontos positivos do trabalho dos ACH



Fonte: COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

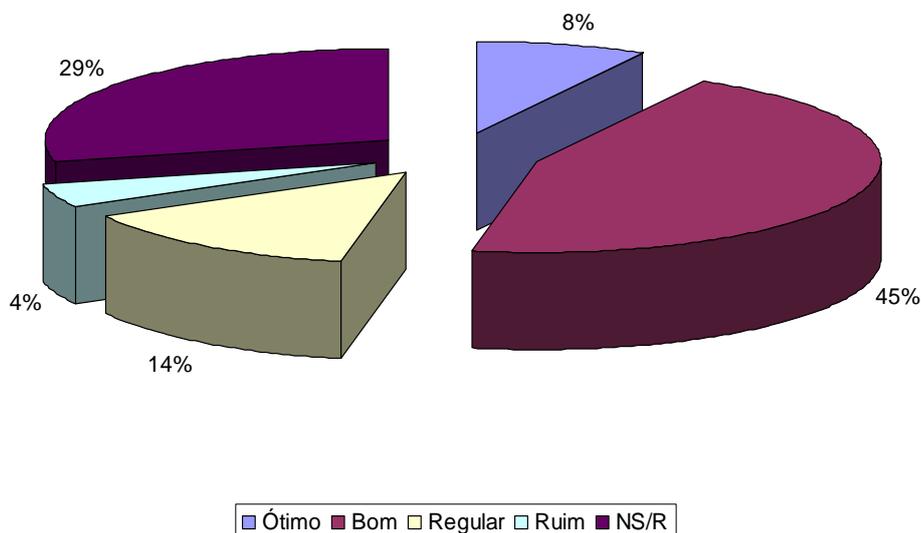
Treze por cento citaram o trabalho sócio-educativo relacionado à limpeza da comunidade, 15% o esforço das ACH por melhorias para a comunidade, seis por cento realizaram uma qualificação subjetiva do trabalho com exclamações do tipo “Elas são dez! (...) Elas são show!” etc., dois por cento mencionaram o trabalho de conservação das obras, dez por cento afirmaram que tudo era positivo mas não precisaram ações de trabalho realizadas e nove por cento destacaram a atenção dada aos moradores e suas demandas.

Contudo, foram expressivos os números relacionados ao não acompanhamento de pontos positivos do trabalho (dez por cento), ao não conhecimento deste (33%) e que afirmaram que nada era bom nas ações (dois por cento) o que ratifica o desenho de desmobilização e desarticulação entre as ações do ACH, a comunidade e a prefeitura.

A avaliação do trabalho das ACH foi seguidamente realizada pela comunidade em ótimo, bom, regular e ruim conforme observado abaixo:

## Gráfico VII

Avaliação do trabalho do ACH



Fonte: COUTINHO JUNIOR, H. R. Pesquisa de campo. Novembro- Dezembro, 2007.

Conforme se pode observar, 45% qualificaram como bom o trabalho das ACH, oito por cento como ótimo, 14% com regular, quatro por cento como ruim e 29% não soube ou não quis responder. O trabalho é assim predominantemente considerado bom, o que representou a aceitação e conhecimento das atividades das ACH por parte dos moradores, mas não sua efetiva participação no processo de elaboração e implementação das obras conforme previsto no relatório do IBAM (2002) no seguinte trecho:

O Favela-Bairro beneficiou-se da experiência anterior da SMDS no trabalho comunitário e das relações com as lideranças das Associações de Moradores. A Coordenadoria de Acompanhamento do Programa da SMH conta com uma Coordenadoria de Participação Comunitária. Essa equipe responde pelo **envolvimento da população em todo o processo de urbanização** e na implantação dos projetos sociais. Uma das finalidades das ações dessa Coordenadoria é preparar as lideranças populares para que atuem como agentes multiplicadores das informações sobre a participação popular e sobre as etapas do plano de intervenção. Escolhidos os agentes multiplicadores pela SMH, eles recebem capacitação sobre vários aspectos técnicos do Favela-Bairro, tais como: aspectos urbanísticos, delimitação das áreas de intervenção, reconhecimento dos espaços públicos

e privados, preservação ambiental, áreas de risco (Relatório IBAM 2002, p. 151) [Grifo nosso].

### 5.3

#### **A construção da identidade de projeto**

Apesar da ausência da participação efetiva da população apontada pelo relatório do IBAM, as trajetórias de vida das agentes comunitárias de Jardim Moricaba apontam para a tentativa de construção de uma identidade de projeto. Isso porque as agentes, assim como sua família, possuem um histórico de luta por melhorias para toda a comunidade.

Esse histórico de lutas se inicia com a participação do pai das agentes no mutirão para construção do primeiro bicaço de água coletiva na Rua Turiburi e se estende com a permanência do mesmo nas comissões para instalação da rede elétrica também na década de 1980.

Segundo as agentes, ele foi um dos principais atores da comunidade e ganhou notoriedade e voz quando ocorreu um deslizamento de terras em 1995 e organizou campanhas e reuniões com moradores, em 1999, para evitar o desenvolvimento do tráfico em espaços da comunidade, sendo ainda um dos fundadores da Associação de Moradores.

Dentre a documentação existente no arquivo da associação de moradores destacam-se ofícios direcionados a diversas Secretarias, reivindicando investimentos não só em infra-estrutura, mas também esporte e lazer.

Em entrevista as agentes elas, afirmaram que o esvaziamento da representatividade da associação de moradores e de seu trabalho ocorreu principalmente a partir de 89, quando há o fim do projeto do governo municipal de distribuição de leite.

As limitações da representatividade junto aos demais moradores de Jardim Moricaba, todavia não limitaram a continuidade de práticas no sentido de vislumbrar uma participação mais efetiva na elaboração e execução de políticas públicas.

As agentes da comunidade possuem assento no Conselho Municipal de Segurança do Regimento da Polícia Militar Montada, no Fórum Estadual de Mulheres Negras, no Conselho Distrital de Saúde e no Conselho Municipal de Saúde da AP 5.2.

Essas participações, apesar de encontrarem muitas das limitações descritas, podem representar o primeiro passo no sentido da construção de políticas onde seja

privilegiado o controle social. Representam também a configuração de uma identidade de projeto onde a vida dos atores assim como dos espaços em que estão inseridos se modifica de forma dinâmica.

As ACH de Jardim Moricaba, antes de assumirem a identidade legitimadora do Programa Favela-bairro possuíam um histórico de lutas por melhorias pela comunidade que faz parte do contexto de sua família, das relações horizontais estudadas por Santos.